

A Constituição Social da Economia

Luísa Veloso e Renato Miguel do Carmo (orgs.)

A Constituição Social da Economia



LISBOA, 2012

© Luísa Veloso e Renato Miguel do Carmo (orgs.), 2012

Luísa Veloso e Renato Miguel do Carmo (orgs.)
A Constituição Social da Economia

Primeira edição: Setembro de 2012
Tiragem: 400 exemplares

ISBN: 978-989-8536-14-3
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Manuel Coelho
Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Sobre os autores	ix
Prefácio	xiii
Introdução	1
<i>Renato Miguel do Carmo e Luísa Veloso</i>	
1 A (in)sustentável leveza do Estado na construção dos mercados	9
<i>Luísa Oliveira</i>	
2 Campo económico e redes de relações sociais. O caso de um grupo empresarial português	43
<i>Luísa Veloso</i>	
3 Instituições, disposições e práticas. O caso da produção de habitação	81
<i>José Madureira Pinto</i>	
4 A reemergência do Terceiro Setor	123
<i>Carlota Quintão</i>	

- 5 Condições de eficácia e legitimidade da intervenção do Estado. O caso da política industrial em Portugal..... 155**
Ricardo Paes Mamede e Paulo Areosa Feio
- 6 Coesão e capital social. Uma perspetiva para as políticas públicas..... 197**
Renato Miguel do Carmo

Índice de figuras e quadros

Figuras

5.1 Setores que mais beneficiam dos créditos fiscais ao investimento de natureza contratual (1999-2008).....	174
5.2 Setores que mais beneficiam do sistema de incentivos ao investimento empresarial do QREN (dados dos projetos aprovados até 30 de junho de 2010)	178
6.1 Componentes e processos sociais associados à coesão social	214

Quadros

2.1 Tipologia de redes de relações sociais	62
5.1 Setores que mais beneficiaram do SIFIDE (2006-2008) e seu peso na economia	176
5.2 Comparação entre quatro casos de política industrial em Portugal	187
5.3 Soluções institucionais para a minimização dos riscos de captura do Estado por interesses particulares	191

Prefácio

A Economia é uma ciência social sob tensão. Talvez sempre o tenha sido, na justa medida em que a controvérsia e a contraposição de perspectivas são uma marca antiga e persistente das ciências sociais. Contudo, os tempos que correm parecem autorizar-nos a dar um sentido reforçado à afirmação inicial. A razão está no facto de a falta de pluralismo se ter tornado particularmente aguda e, sobretudo, na muito evidente posição de domínio assumida por uma conceção disciplinar que pretende fazer da Economia uma ciência que se limita a tratar de escolhas sujeitas a incentivos individuais facilmente quantificáveis, uma mecânica de trocas e de transações assente numa normatividade mercantil que naturaliza os mercados e, adicionalmente, os considera suficientes para definir os sistemas económicos. Quando isto ocorre, uma consequência previsível é a fragilização das perspectivas que se oferecem e uma busca tensa de novas reconfigurações disciplinares.

É certo que terá havido muitos momentos — tanto em passados distantes como mais recentemente — em que as coisas não foram exatamente assim. Olhando apenas para Portugal e para os nossos dias, pode observar-se que a Economia se apresentou noutras circunstâncias (as ainda recentes décadas de 1970 e de 1980) como uma disciplina interessada na compreensão do sistema económico na sua globalidade — isto é, nas

atividades que o formam, nas articulações que o estruturam e nas interdependências de diferentes naturezas que inibem ou fomentam as suas dinâmicas. Num período significativo da consolidação da disciplina, esta preocupou-se igualmente em oferecer leituras sobre as políticas económicas e as lógicas que lhes presidem, com atenção à imersão social e política dos problemas, às ideias ou à história do pensamento e dos factos económicos. Procurou-se, por isso, atender aos *processos* (de desenvolvimento, de crescimento e de industrialização), às *políticas* (políticas agrárias e de desenvolvimento agrícola, políticas de industrialização, modernização e infraestruturização do país) e às *relações* entre espaços económicos (integração económica pelo comércio internacional ou pelo investimento direto). Dava-se, pois, lugar à compreensão dos macroproblemas e das macrotendências da economia e das relações que esta estabelece. O conhecimento económico apresentava-se, assim, como um conhecimento híbrido, ou “impuro”.

No entanto, a redução epistémica da Economia é hoje muito forte. Tem-se tornado claro que a ciência económica assumiu uma norma e procurou torná-la prevalecte. A disciplina normalizou-se através da redução do problema económico e do esquema analítico adotados, colocando alguns saberes que antes assumiam uma natureza substantiva na condição de especificações marginais.

A hipótese que formulo é que o problema que passou a predominar deixou de ser a compreensão sistémica do funcionamento económico (estrutura, inter-relações e dinâmicas) e dos processos que nele se desencadeiam, para ser essencialmente a aplicação, através de medidas quantificadas, de uma ciência dos mercados e dos incentivos que norteiam os comportamentos individuais. Esta regressão disciplinar inviabilizou a “convivência” com outras perspectivas dentro das ciências sociais e levou ao abandono de palcos mais abertos, confinando-se a ambientes muito estritos. Por parte da Economia dominante trata-se porventura de renunciar à sua condição de ciência social, recusando

uma visão da complexidade que a impediria de “coisificar” as circunstâncias económicas e de rejeitar a incrustação social, cultural, política e institucional dos problemas que estuda.

O isolamento do campo da Economia e a hostilização da diversidade promovem uma unicidade empobrecedora dos estudos económicos. Por isso, são cada vez mais audíveis as vozes a favor do reforço do pluralismo interno e da abertura interdisciplinar capazes de estimular a inovação e a renovação teóricas. Os numerosos manifestos provenientes dos meios académicos dos economistas indicam que a Economia, sendo uma disciplina onde o pluralismo e a aposta interdisciplinar se manifestam já muito expressivamente, sofre, no entanto, de uma fortíssima dessintonia por parte do conhecimento e das opções prevalentes no meio académico. A redescoberta da sua competência, através do pensamento crítico e do desenvolvimento de novas ideias exigidas pelas circunstâncias contemporâneas, a busca do realismo e da relevância que um envolvimento com o mundo real, com a história e com a ética lhe há-de impor, a abertura que o confronto com a diversidade sugere — tudo isto pode mudar o panorama de uma ciência económica em que as visões redutoras ainda são dominantes. Para isso, os contributos daqueles que, interessando-se pelo económico, não fazem parte desta Economia são muito importantes, sejam eles economistas ou outros cientistas sociais.

Por todos estas razões, *A Constituição Social da Economia* é um livro que merece ser saudado, pois constitui um significativo contributo para uma discussão relevante nas ciências sociais contemporâneas. É composto por seis capítulos que visam, no seu conjunto, esclarecer, entre outros, os seguintes aspetos: as determinantes sociais, de natureza não mercantil, que estão presentes no funcionamento da esfera mercantil da economia, colocando no devido lugar os pressupostos que naturalizam o mercado ou lhe dão características autossuficientes; o papel das configurações jurídico-políticas que constituem ou viabilizam as transações; a natureza complexa das redes sociais e das formas organizacionais que

se conjugam com os procedimentos económicos, sem que estes possam ser considerados autónomos relativamente a esse enquadramento. Em conjunto, os vários contributos partilham convicções fortes sobre a incrustação social da economia e, sobretudo, sobre a natureza construída dos mercados, que devem ser encarados como um mecanismo social de coordenação que, na economia e na sociedade, compartilha o espaço que é igualmente ocupado por outros mecanismos, num processo de interdependências em que a complexidade se torna evidente.

Cada um dos capítulos trata problemas distintos, embora convergentes. A Sociologia dos Mercados, com um estudo sobre a Organização Mundial do Comércio; as redes sociais que rodeiam o desenvolvimento empresarial; as instituições e as práticas diferenciadas presentes na procura de habitação; o designado terceiro setor enquanto elemento da pluralidade que define a governação económica e social; a política industrial enquanto expressão das condições institucionais que, através do Estado, estão associadas à mudança estrutural que outros mecanismos, por si, não asseguram; os aspetos relacionais inerentes e indispensáveis a propósitos de coesão social — eis os seis temas específicos que dão espessura ao tema geral, antecedidos por uma introdução em que se enfatiza o significado da discussão num momento especialmente interpelativo como o atual, e se recordam as mensagens institucionalistas que desenvolveram a intuição polanyiana, atribuindo-lhe a condição de fio condutor dos diferentes contributos.

Escrevi noutras circunstâncias que a robustez pluralista da Economia depende criticamente de um regresso ao interesse pelos sistemas sociais, pela sua estrutura, organização, interdependências e dinâmicas. Muitos argumentos de autoridade podem ser convocados neste sentido, pois são várias as visões cultas que convergem para tal ideia. Parecem-me, no entanto, particularmente certeiras e agudas as reflexões de um economista que em 1978 recebeu o prémio Nobel da Economia, Trygve Haavelmo. Elas são muito esclarecedoras para

compreendermos as tensões a que um programa de investigação em Economia deve estar sujeito: “as teorias económicas existentes não são suficientemente boas. Partimos do estudo do comportamento individual em diferentes condições de escolha. Tentamos então construir um modelo da sociedade económica na sua totalidade através de um, assim designado, processo de agregação. Penso agora que isto, na verdade, é começar no ponto errado. Se partirmos de uma sociedade realmente existente, podemos pensá-la como uma estrutura de regras e regulamentos na qual os membros dessa sociedade têm de funcionar. As suas respostas a estas regras, enquanto indivíduos que lhes obedecem, produzem os resultados económicos que caracterizariam essa sociedade”.

São considerações desta natureza que têm estado por detrás de muitas tentativas de se continuar a fazer da Economia uma ciência social substantiva, que encare um objeto aberto e complexo (por oposição à normatividade formal e redutora). Uma espécie de ciência indisciplinar, mais do que apenas interdisciplinar, que assuma de forma inquieta e cosmopolita uma cidade que é de todos e onde o que há de mais marcante é, afinal, a vida, o processo da vida. De facto, o económico constitui-se, não é um dado, ou uma imanência. Os programas de investigação em Economia que partilham estas ideias encontram raízes em muitas intuições e trabalhos passados e sentem-se desafiados pelas exigências de um conhecimento relevante, próprio dos tempos que correm. São programas institucionalistas, evolucionistas, simplesmente heterodoxos, que tratam de entender a Economia como ela deve ser sempre entendida — como Economia Política. Porventura todos eles têm em comum uma coisa, a noção de constituição social da economia.

